

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
		31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
		903.238	757.634			481.759	367.707
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.840	8.301	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	214.407	142.877
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	26.662	-	Depósitos à Vista		140.318	101.051
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		26.662	-	Depósitos Interfinanceiros		19.093	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	109.870	-	Depósitos a Prazo		54.996	41.826
Carteira Própria		109.870	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		209.242	176.365
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		134.220	249.461	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	22
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		516	111	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	209.242	176.343
Correspondentes no país		1.139	573	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.495	1.571
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	132.565	248.777	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.495	1.571
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	583.467	470.430	OUTRAS OBRIGAÇÕES		55.615	46.894
Operações de Crédito		604.549	490.393	Cobrança e Arrecadação de Tributos		367	315
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(21.082)	(19.963)	Sociais e Estatutárias		11.840	9.555
OUTROS CRÉDITOS		34.988	25.153	Fiscais e Previdenciárias		2.387	1.480
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 07)	350	483	Diversas	(NOTA 14)	41.021	35.544
Rendas a Receber		2.285	2.073				
Créditos Específicos		370	349				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	32.896	23.082				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(913)	(834)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	3.191	4.289				
Outros Valores e Bens		3.199	5.096				
(Provisão para desvalorização)		(98)	(811)				
Despesas Antecipadas		90	4				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
		436.844	311.835			603.474	479.440
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		436.844	311.835	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		603.474	479.440
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	21.952	48.136	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	561.620	466.096
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		21.952	48.136	Depósitos Interfinanceiros		40.711	8.413
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	365.095	219.711	Depósitos a Prazo		520.909	457.683
Operações de Crédito		384.450	236.099	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	41.854	13.344
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(19.355)	(16.388)	Repasse Interfinanceiros		41.854	13.344
OUTROS CRÉDITOS		119	118				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	120	120				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(1)	(2)				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	23.618	21.760	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		254.849	222.322
Outros Investimentos		23.618	21.760	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	73.146	75.010
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	18.748	13.821	De Domiciliados no País		73.291	75.061
Imóveis de Uso		6.002	5.415	(Capital a Realizar)		(145)	(51)
Outras Imobilizações de Uso		25.507	19.392	RESERVAS DE SOBRAS		162.188	133.987
(Depreciação acumulada)		(12.761)	(10.986)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		19.515	13.325
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	7.312	8.289				
Outros Ativos Intangíveis		17.248	16.336				
(Amortização acumulada)		(9.936)	(8.047)				
TOTAL DO ATIVO		1.340.082	1.069.469	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.340.082	1.069.469

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de Reais)

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	76.318	(2)	76.316	144.429	-	144.429	124.862	1	124.863
Operações de Crédito	74.540	(2)	74.538	141.309	-	141.309	123.998	1	123.999
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.754	-	1.754	3.056	-	3.056	807	-	807
Resultado das Aplicações Compulsórias	24	-	24	64	-	64	57	-	57
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(27.048)	(68)	(27.116)	(49.398)	(111)	(49.509)	(49.421)	(73)	(49.494)
Operações de Captação no Mercado	(15.374)	(68)	(15.442)	(29.934)	(111)	(30.045)	(27.371)	(73)	(27.444)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.165)	-	(5.165)	(9.495)	-	(9.495)	(8.336)	-	(8.336)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.509)	-	(6.509)	(9.969)	-	(9.969)	(13.714)	-	(13.714)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.270	(70)	49.200	95.031	(111)	94.920	75.441	(72)	75.369
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(26.319)	4.642	(21.677)	(45.243)	8.650	(36.593)	(36.759)	7.641	(29.118)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.443	9.511	15.954	12.791	18.415	31.206	11.082	15.006	26.088
Rendas de Tarifas Bancárias	4.516	-	4.516	8.682	-	8.682	7.552	-	7.552
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(18.521)	(1.845)	(20.366)	(35.690)	(3.632)	(39.322)	(30.890)	(2.915)	(33.805)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(16.101)	(2.018)	(18.119)	(29.887)	(3.716)	(33.603)	(25.962)	(3.150)	(29.112)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(60)	(466)	(526)	(126)	(899)	(1.025)	(137)	(718)	(855)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	10.176	294	10.470	22.247	(29)	22.218	27.830	628	28.458
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(12.772)	(834)	(13.606)	(23.260)	(1.489)	(24.749)	(26.234)	(1.210)	(27.444)
RESULTADO OPERACIONAL	22.951	4.572	27.523	49.788	8.539	58.327	38.682	7.569	46.251
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.244	(5)	2.239	2.231	(12)	2.219	(511)	120	(391)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	25.195	4.567	29.762	52.019	8.527	60.546	38.171	7.689	45.860
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	28	28	-	(1.518)	(1.518)	-	41	41
Provisão para Imposto de Renda	-	29	29	-	(932)	(932)	-	45	45
Provisão para Contribuição Social	-	(1)	(1)	-	(586)	(586)	-	(4)	(4)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.038)	-	(3.038)	(6.118)	-	(6.118)	(5.159)	-	(5.159)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	22.157	4.595	26.752	45.901	7.009	52.910	33.012	7.730	40.742
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	7.009	(7.009)	-	7.730	(7.730)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	22.157	4.595	26.752	52.910	-	52.910	40.742	-	40.742
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	-	-	-	119	-	119
DESTINAÇÕES	-	-	-	(33.395)	-	(33.395)	(27.536)	-	(27.536)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.577)	-	(4.577)	(4.806)	-	(4.806)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.323)	-	(2.323)	(1.586)	-	(1.586)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(23.232)	-	(23.232)	(15.863)	-	(15.863)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.869)	-	(1.869)	(4.329)	-	(4.329)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(1.394)	-	(1.394)	(952)	-	(952)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	19.515	-	19.515	13.325	-	13.325

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)

	01/07/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	29.147	58.276	49.343
Resultado do semestre/exercício	26.752	52.910	40.742
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.395	5.366	8.601
Provisão para operações de crédito	3.061	4.086	5.616
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(684)	(713)	497
Provisão para desvalorização de outros créditos	99	78	204
Depreciação do imobilizado de uso	1.324	2.511	2.311
Amortização do intangível	986	1.889	1.679
Baixas do ativo permanente	38	108	181
(Reversão) para passivos contingentes	(35)	(356)	(322)
Destinações ao FATES	(2.323)	(2.323)	(1.586)
Dividendos SicrediPar	(71)	86	21
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(69.389)	(143.573)	(89.782)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(9.938)	(478)	(40.906)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(109.870)	(109.870)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.685	-	24
(Aumento) em créditos vinculados	(254)	(405)	(89)
(Aumento) em relações com correspondentes	(467)	(566)	(85)
(Aumento) em operações de crédito	(183.098)	(262.507)	(160.006)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	85.889	61.387	38.421
(Aumento) em outros créditos	(8.300)	(10.000)	(5.349)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	96	1.811	(1.043)
Aumento em depósitos	136.737	167.054	72.860
Aumento em relações interdependências passivas	1.626	924	337
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(8.057)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.131)	(2.534)	(2.199)
Aumento em outras obrigações	14.636	11.611	16.310
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(40.242)	(85.297)	(40.439)
Aquisição de Investimentos	(1.858)	(1.858)	(45)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.186)	(7.546)	(3.176)
Aplicações no Intangível	(290)	(912)	(3.408)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.334)	(10.316)	(6.629)
Integralização de capital	1.016	2.026	1.919
Baixa de capital	(1.725)	(3.890)	(6.542)
Juros ao capital próprio	(4.577)	(4.577)	(4.806)
Distribuição de Sobras	-	(10.225)	(2.589)
Outras Destinações	(1.394)	(1.394)	(952)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.680)	(18.060)	(12.970)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(52.256)	(113.673)	(60.038)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	195.661	257.078	317.116
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	143.405	143.405	257.078

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	74.774	107.035	-	-	14.327	196.136
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	4.859	-	-	-	(6.070)	(1.211)
Destinações para reservas	-	6.279	600	700	(7.579)	-
Outras destinações	-	-	-	(700)	(678)	(1.378)
Capital de associados						
Aumento de capital	1.919	-	-	-	-	1.919
Baixas de capital	(6.542)	-	-	-	-	(6.542)
Reversões de reservas	-	-	(119)	-	119	-
Resultado do período	-	-	-	-	40.742	40.742
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.586)	(1.586)
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(952)	(952)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.863	-	-	(15.863)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.806)	(4.806)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.329	-	-	(4.329)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	75.010	133.506	481	-	13.325	222.322
Mutações do Período	236	26.471	481	-	(1.002)	26.186
Saldos no início do período em 01/01/2019	75.010	133.506	481	-	13.325	222.322
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(9.192)	(9.192)
Destinações para reservas	-	3.100	-	-	(3.100)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(1.033)	(1.033)
Capital de associados						
Aumento de capital	2.026	-	-	-	-	2.026
Baixas de capital	(3.890)	-	-	-	-	(3.890)
Resultado do período	-	-	-	-	52.910	52.910
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(2.323)	(2.323)
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(1.394)	(1.394)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.232	-	-	(23.232)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.577)	(4.577)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.869	-	-	(1.869)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	73.146	161.707	481	-	19.515	254.849
Mutações do Período	(1.864)	28.201	-	-	6.190	32.527
Saldos no início do período em 01/07/2019	73.855	136.606	481	-	26.158	237.100
Capital de associados						
Aumento de capital	1.016	-	-	-	-	1.016
Baixas de capital	(1.725)	-	-	-	-	(1.725)
Resultado do período	-	-	-	-	26.752	26.752
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(2.323)	(2.323)
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(1.394)	(1.394)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.232	-	-	(23.232)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.577)	(4.577)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.869	-	-	(1.869)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	73.146	161.707	481	-	19.515	254.849
Mutações do Período	(709)	25.101	-	-	(6.643)	17.749

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 18/04/1981 e tem por objetivos principais: i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito; ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas; iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo. A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais - acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") - a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"). "A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013. O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança)."

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

- CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2020.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram: **a) Apuração do resultado** - Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras - centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. **d) Títulos e valores mobiliários** - A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável. **e) Relações interfinanceiras - Centralização financeira** - Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo. **f) Operações de crédito** - Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. A atualização ("accrual") das operações de

Continua

Continuação

crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **g) Provisão para operações de crédito** - A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **i) Investimentos** - Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável. **j) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **k) Intangível** - Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível". **l) Redução ao valor recuperável de ativos** - Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **m) Depósitos a prazo** - Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer. **n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)** - Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **o) Impostos e contribuições** - As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável. **p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas** - As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; • As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **q) Estimativas contábeis** - As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	10.840	8.301
Caixa	10.840	8.301
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	132.565	248.777
Total	143.405	257.078

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.662	-
DI entre Banco e Cooperativas	26.662	-
Total circulante	26.662	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.952	48.136
DI entre Banco e Cooperativas	21.952	40.442
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	7.694
Total não circulante	21.952	48.136

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	109.870	-
Total circulante	109.870	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	334.108	288.048	622.156	465.934
Financiamentos	53.289	59.430	112.719	69.464
Financiamentos rurais e agroindustriais	217.152	36.972	254.124	191.094
Carteira total	604.549	384.450	988.999	726.492

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	350	-	350	483
Devedores por compra de valores e bens	104	117	221	308
Títulos e créditos a receber (i)	27.982	3	27.985	18.473
Total	28.436	120	28.556	19.264

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	124	51	-	-
Nível A	0,50	338.723	216.254	1.694	1.081
Nível B	1,00	384.621	226.351	3.847	2.264
Nível C	3,00	209.174	226.074	6.275	6.782
Nível D	10,00	41.402	39.154	4.140	3.915
Nível E	30,00	19.020	15.066	5.706	4.520
Nível F	50,00	7.630	6.282	3.815	3.141
Nível G	70,00	4.525	4.631	3.168	3.242
Nível H	100,00	12.336	11.893	12.336	11.893
Total (i)		1.017.555	745.756	40.981	36.838

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 370 (2018 - R\$ 349).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.437	67.715	123.346	178.419	373.917	269.638
Rural	312	55.371	161.469	36.972	254.124	191.094
Industrial	478	17.520	22.974	38.258	79.230	74.362
Comércio	1.046	31.685	61.761	56.663	151.155	127.369
Outros Serviços	751	22.639	61.481	74.258	159.129	83.293
Total	7.024	194.930	431.031	384.570	1.017.555	745.756

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	87.096	8,56	82.217	11,02
50 devedores seguintes	151.932	14,93	121.021	16,23
100 devedores seguintes	101.406	9,97	73.939	9,91
Demais	677.121	66,54	468.579	62,84
Total	1.017.555	100	745.756	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	37.187	31.367
Constituição de provisão	9.969	13.714
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.805)	(7.894)
Saldo final	41.351	37.187

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.799 (2018 - R\$ 6.449), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 40.233 (2018 - R\$ 30.405).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	101	119
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.377	1.005
Devedores por compra de valores e bens	104	192
Devedores por depósitos em garantia	992	561
Impostos e contribuições a compensar	63	500
Títulos e créditos a receber (ii)	27.982	18.469
Cotas de consórcio	1.212	909
Operações com cartões	430	493
Pendências a regularizar	399	104
Outros	236	730
Total Circulante	32.896	23.082
Devedores por compra de valores e bens	117	116
Títulos e créditos a receber (ii)	3	4
Total não circulante	120	120

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.199	5.096
Imóveis	3.120	4.332
Veículos e afins	29	122
Máquinas e equipamentos	50	-
Bens em regime especial	-	642
Despesas antecipadas	90	4
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(98)	(811)
Total Circulante	3.191	4.289

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 98 (2018 - R\$ 811) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

	2019	2018
Registrados ao custo de aquisição		
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	12.516	12.033
Sicredi Participações S.A.	11.101	9.726
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	23.618	21.760

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	4.049.407 ON 8.426.271 PN	3.153.874 ON 6.572.059 PN	1 Quotas	1 Quotas	12.515.870 Quotas	12.032.806 Quotas
Percentual de participação	1,18%	1,10%	0,62%	0,62%	3,21%	3,14%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	11.101	9.726	1	1	12.516	12.033

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	31.509	(12.761)	18.748	13.821	
Imobilizações em curso	-	3.442	-	3.442	1.304	
Terrenos	-	1.040	-	1.040	453	
Edificações	4%	4.962	(1.392)	3.570	3.768	
Instalações	10%	5.745	(2.142)	3.603	2.212	
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.669	(2.936)	2.733	2.211	
Sistema de comunicação	10%	243	(116)	127	125	
Sistema de processamento de dados	20%	6.832	(4.171)	2.661	2.551	
Sistema de segurança	10%	1.552	(710)	842	538	
Sistema de transporte	20%	2.024	(1.294)	730	659	
Intangível (i)		17.248	(9.936)	7.312	8.289	
Investimentos Confederação		17.248	(9.936)	7.312	8.289	
Total		48.757	(22.697)	26.060	22.110	

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Depósitos à vista	140.318	-	-	140.318	101.051	
Depósitos Interfinanceiros	-	19.093	40.711	59.804	8.413	
Depósitos a prazo	19.744	35.252	520.909	575.905	499.509	
Total	160.062	54.345	561.620	776.027	608.973	

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	209.242	176.343
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	209.242	176.343
Total circulante	209.242	176.343
Recursos do Crédito Rural	41.854	13.344
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	41.854	13.344
Total não circulante	41.854	13.344

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	749	148
Obrigações por convênios oficiais	9	6
Provisão para pagamentos a efetuar	3.696	8.370
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	1.552	1.908
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.564	4.024
Pendências a regularizar	60	51
Operações com cartões	27.043	18.385
Demais fornecedores	984	802
Credores diversos	2.364	1.850
Total circulante	41.021	35.544

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	1.635	-	(304)	1.331
Cível	273	45	(97)	221
Total	1.908	45	(401)	1.552

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	1.331	1.635
Cível	Provável	221	273
Total		1.552	1.908

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 610; R\$ 387; R\$ 191 (2018 - R\$ 940, R\$ 249 e R\$ 191), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	73.146	75.010
Total de associados	73.742	65.720

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de (R\$ 1.864) (2018 - R\$ 236), sendo R\$ 0 (2018 - R\$ 4.859) via integralização de resultados e R\$ 2.026 (2018 - R\$ 1.919), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.890 (2018 - R\$ 6.542). **b) Juros ao Capital** - A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,21% em 100% em Conta Corrente, no montante de R\$ 4.577, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC. **c) Destinações** - A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES. Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.618 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	54.428	40.701
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(21.771)	(17.094)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	46	20
Provisão resgate de milhas cartão	34	(49)
Brindes e Doações	(48)	(38)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(14)	119
Receita com atos cooperativos	18.360	13.865
Juros sobre capital próprio	1.831	2.019
Prejuízo fiscal	39	334
Lucros e dividendos	28	66
Outros	(24)	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	776
Subtotal	20.253	17.135
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.518)	41

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas - A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

Ativo	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	48.614	48.136
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	109.870	-
Relações interfinanceiras - Centralização financeira (Nota 04)	132.565	248.777
Outros Créditos - Rendimentos a receber	1.946	1.709
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.135	764
Investimentos (Nota 10)	23.618	21.760
Intangível (Nota 11)	7.312	8.289
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	8.915	8.413
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	251.096	189.687
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	27.105	18.941
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.056	807
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	12.945	10.006
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	13.114	19.067
Receita não operacional - Doação SFG	1.618	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	502	-
Operações de Empréstimos e Repasses	9.495	8.336
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.800	2.584
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	10.662	10.090

b) Transações com administradores - As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	151	0,11%	242
Depósitos a prazo	3.798	0,66%	4.769
Operações de crédito	814	0,08%	769

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração - Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.599	2.296

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	954	843
Despesa de aluguéis	2.738	2.039
Despesa de comunicação	1.742	1.727
Despesa de manutenção e conservação	2.337	2.008
Despesa de material	615	545
Despesa processamento dados	1.399	915
Despesa de promoções e relações públicas	3.144	2.439
Despesa de propaganda e publicidade	843	619
Despesa de seguro	189	166
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.959	2.837
Despesa de serviços de terceiros	852	576
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.927	1.580

Continua

Continuação

Despesa de serviços de técnicos especializados	1.972	1.976
Despesa de serviços de transportes	1.616	1.327
Despesa de viagem	543	1.117
Despesa de depreciação e amortização	2.511	2.311
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.889	1.679
Despesa Dispendio Assitencia Social	2.297	1.916
Outras despesas administrativas	3.076	2.492
Total	33.603	29.112

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.143	2.009
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.541	18.346
Reversão de provisões operacionais	5.737	5.239
Outras rendas operacionais	2.797	2.864
Total	22.218	28.458

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.884	3.338
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	753	366
Contribuição Confederação Sicredi	9.173	8.796
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	915	1.017
Encargos da administração financeira	69	121
Repasse administradora de Cartões	342	391
Despesas com cartões	1.762	1.291
Outras provisões operacionais	5.354	9.808
Outras despesas operacionais	3.366	2.198
Total	24.749	27.444

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras cobranças estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	317.824	237.537
Coobranças em cessões de crédito	13	17
Total	317.837	237.554

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital - Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital. Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem: • Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital; • Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente; • Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos; • Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital; • Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional - O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas: • Avaliação de riscos e controles; • Documentação e armazenamento da base de perdas; • Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado - Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem: • Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações; • Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição; • Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital; • Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas; • Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez - O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como: • A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e; • A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem: • Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo; • O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS; • Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento; • Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez; • Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito - A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi. As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais - A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	247.537	214.033
Nível I (NI)	247.537	214.033
Capital principal - CP	247.537	214.033
Capital social	73.146	75.010
Reservas de capital	162.188	133.987
Lucros acumulados	19.515	13.325
Ajustes Prudenciais	(7.312)	(8.289)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.237.744	973.091
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.645	2.341
Margem de Capital (i)	115.929	109.518
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,00%	22,00%
Situação de Imobilização (Imob)	18.749	13.822
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,57%	6,46%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcio Girardi - Diretor Executivo - CPF: 944.991.600-49

Jaques Samuel dos Santos - Diretor de Operações - CPF: 614.340.430-53

Eduardo Netto Sarubbi - Contador - CRC: RS-060899/O-8 - CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Rodeio Bonito / RS, 03 de fevereiro de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Pinheiro
Conselheiro

Sergio Roberto Basso
Conselheiro

Tiago Gadonski
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai – Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG
Rodeio Bonito/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se cau-

sada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/0-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/0-9